Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA AGRÁRIA: produzindo conhecimentos sobre campesinato, cooperativismo e Agroecologia

Roberto Antônio Finatto
robertofinatto@gmail.com

Doutor em Geografia. Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul/PR.

Fábio Luiz Zeneratti
fabio.zeneratti@uffs.edu.br

Doutor em Geografia. Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul/PR.

RESUMO

Este artigo analisa a importância do trabalho de campo para o ensino de Geografia no ensino superior, com ênfase nos temas da Geografia Agrária. O texto se estrutura com base na sistematização – planejamento, execução e avaliação – de um trabalho de campo desenvolvido com uma turma do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul, no primeiro semestre de 2019. O campesinato, o cooperativismo e a Agroecologia integram a ementa do componente curricular de Geografia II do curso citado. A metodologia utilizada na elaboração do artigo consiste na observação em campo e na análise dos relatórios produzidos pelos acadêmicos. A atividade desenvolvida nos permitiu reafirmar a importância do trabalho de campo para o ensino da Geografia, visto que possibilitou compreender, na prática, como o cooperativismo e a Agroecologia se estabelecem como estratégias fundamentais para a territorialização do campesinato. Ademais, as conversas com os diferentes sujeitos e a visita aos espaços de produção e industrialização da produção agrícola possibilitaram visualizar as contradições presentes no campo brasileiro, sobretudo aquelas que envolvem as organizações camponesas. Assim, o trabalho de campo se constitui como ferramenta metodológica fundamental para possibilitar uma compreensão crítica e transformadora do espaço geográfico.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalho de campo, Geografia Agrária, Campesinato, Cooperativismo, Agroecologia

FIELDWORK IN AGRARIAN GEOGRAPHY: producing knowledge about peasantry, cooperativism and agroecology

ABSTRACT

This paper analyses the importance of fieldwork for higher education geography by emphasizing agrarian geography themes. This text is structured upon the systematization – planning, execution and evaluation – on a fieldwork developed by a group of the Interdisciplinary Rural Education Undergraduate Course: Social Sciences and Humanities' students, at the Universidade Federal da Fronteira Sul, Paraná, Brazil, in the first term of 2019. Peasantry, cooperativism and agroecology compose the Geography II syllabus, a course of the aforementioned major of study. This article's methodology consists of field observation and the analysis of students' reports. The activity allowed us to reaffirm the importance of fieldwork for geography teaching, given that it permitted to understand, in praxis, how cooperativism and agroecology establish themselves as fundamental strategies to peasantry territorialisation. In addition, conversations among the diverse participants and visits to the spaces of production and manufacture of agricultural products permitted us to visualize the contradictions placed in Brazilian countryside areas, particularly those which involve rural organizations. In those terms, fieldwork constitutes itself as the ultimate methodologic tool that allows a critical and transformative comprehension on geographic space.

KEYWORDS

Fieldwork, Agrarian Geography, Peasantry, Cooperativism, Agroecology

Introdução

O trabalho de campo na Geografia é tema recorrente, pois a própria disciplina se constituiu a partir da observação do espaço geográfico, ou em outras palavras, das interpretações das expressões do espaço materializadas nas paisagens. Contudo, isso não significa que as divergências sobre o tema estejam diluídas; pelo contrário, ao longo da história da disciplina o trabalho de campo alternou entre momentos nos quais recebeu uma importância exacerbada e outros em que foi quase rechaçado por completo. Esse fato nos impõe o desafio de analisar constantemente essa atividade, principalmente pela sua capacidade de proporcionar um momento de encontro entre a teoria e a prática, afastando, portanto, qualquer possibilidade de banalização.

O trabalho de campo pode ser tratado como uma técnica (DOURADO, 2013), um instrumento didático-pedagógico (RODRIGUES; OTAVIANO, 2001), um recurso didático e/ou uma prática pedagógica (CAVALCANTI, 2011). Considerando, ainda, a função do trabalho de campo na produção e na sistematização do conhecimento

geográfico sobre o mundo e o seu uso na compreensão de "processos de caráter espacial" (HISSA; OLIVEIRA, 2004), podemos considerá-lo uma "ferramenta geográfica" (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006) que possibilita a leitura e a compreensão do espaço geográfico.

Este artigo, então, analisa a importância do trabalho de campo para o ensino de Geografia no ensino superior, com ênfase nos temas da Geografia Agrária. O texto toma como base de reflexão a sistematização – planejamento, execução e avaliação – de um trabalho de campo desenvolvido no primeiro semestre de 2019, com uma turma do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul. O trabalho de campo foi realizado nos municípios de Paranacity e Maringá, região geográfica intermediária de Maringá, no estado do Paraná. Os temas do campesinato, do cooperativismo e da Agroecologia integram a ementa do componente curricular de Geografia II do curso citado. Diante disso, o texto também se propõe a apresentar a contribuição do trabalho de campo à Geografia e, por consequência, à Educação do Campo.

A metodologia utilizada para elaboração deste artigo consiste na observação do trabalho de campo realizado e na análise do conteúdo dos relatórios entregues pelos acadêmicos ao fim das atividades. Mais detalhadamente, a observação foi empregada como técnica de coleta de dados (GIL, 2008, p. 100), permitindo a identificação dos fatos de maneira direta, em consonância com o objetivo deste texto. O trabalho de campo contou com a participação de doze acadêmicos(as), e todos(as) produziram, individualmente, um relatório de campo. Esses relatórios subsidiaram a análise da importância do trabalho de campo para o ensino e produção de conhecimentos acerca das temáticas abordadas.

Esses procedimentos metodológicos, aliados à perspectiva analítica fundada na crítica às contradições gerais do modo capitalista de produção e seus desdobramentos no espaço agrário brasileiro, permitiram o aprofundamento teórico sobre realidade estudada. Em outros termos, o trabalho de campo viabilizou o "propósito de ultrapassar a reflexão intra-sala de aula, como forma de executar/'praticizar' a 'leitura' do real, sendo assim, um momento ímpar do exercício da práxis teórica" (THOMAZ JR., 1992, p. 21).

Além da introdução e das considerações finais, o texto está subdividido em três seções: inicialmente, tratamos de situar a importância do trabalho de campo para a ciência geográfica, considerando a interface do ensino e da pesquisa a ele vinculados. Em seguida, apresentamos um trabalho de campo desenvolvido em Geografia Agrária como forma de exemplificar a capacidade que essa atividade possui em potencializar a

compreensão sobre o espaço agrário contemporâneo. Por último, partindo da avaliação realizada pelos acadêmicos que participaram da atividade, esboçamos algumas considerações sobre o trabalho de campo enquanto recurso pedagógico para possibilitar a articulação teoria-prática na formação do professor pesquisador (GATTI, 2003; CAVALCANTI, 2011).

O trabalho de campo na Geografia

A Geografia estuda o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço geográfico (SANTOS, 2008). Compreender como esses sistemas são formados e como interagem não é tarefa simples, pois exige uma compreensão profunda da organização social e dos conceitos, neste caso particular, geográficos. Ao longo da história da Geografia, o sujeito (pesquisador) construiu diferentes maneiras de entender e de (não) se relacionar com o objeto de pesquisa (o espaço ou os elementos que o constituem). Nesse sentido, o processo de interpretação do espaço geográfico exige o contato, direto ou indireto, com a realidade concreta (SUERTEGARAY, 2002).

Diante disso, concordamos com Hissa e Oliveira (2004) quando afirmam que "os trabalhos de campo são indispensáveis para o estudo, para a pesquisa que se refere aos processos de caráter espacial" (HISSA; OLIVEIRA, 2004, p. 38). Reconhecer e explicar as intencionalidades que produzem a ordem espacial no mundo contemporâneo (SANTOS, 2008), nas áreas rurais e urbanas, pressupõem o encontro com os sujeitos que ocupam diferentes posições na sociedade de classes e com os espaços por eles produzidos.

Entretanto, a Geografia foi e é marcada pela diversidade de bases filosóficas que orientam a produção do conhecimento na ciência-disciplina. Como apresentamos a seguir, existem diferentes concepções a respeito de como entender a realidade concreta em análise nas práticas de pesquisa e ensino (SUERTEGARAY, 2002; HISSA; OLIVEIRA, 2004; ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006; ZANARDO, 2013).

Na base da constituição da Geografia enquanto ciência, com a predominância da influência do positivismo, o método empírico foi responsável pela produção e sistematização de um conjunto de informações sobre o mundo. Nesse caso, como adverte Suertegaray (2002), a realidade é externa ao sujeito e "o conhecimento/a verdade está no objeto, portanto no campo, no que vemos" (SUERTEGARAY, 2002, p. 65). Cabe,

assim, ao pesquisador descobrir a verdade que está no mundo exterior. Ao relacionarem esse período com o trabalho de campo, Alentejano e Rocha-Leão (2006) afirmam que:

> [...] nos primórdios, o trabalho de campo que era parte fundamental do método, aos poucos vai se transformando no próprio método, isto é, de parte do método, torna-se o método, fruto do predomínio de uma concepção empirista que despreza a teoria e atribui à descrição da realidade a condição de critério de verdade (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 53).

Na sequência, com a virada neopositivista ocorrida na década de 1960, a realidade é considerada algo externo e construída pelo próprio sujeito (SUERTEGARAY, 2002). Institui-se, então, a Geografia Teorética-Quantitativa, cujo caráter técnico foi construído com base em teorias sobre a organização espacial e o uso de modelos matemáticos para planejar e organizar o espaço. Os trabalhos de campo, naquele período, "passaram a ser execrados e praticamente riscados do mapa das práticas dos geógrafos, sob o argumento de que as tecnologias da informação e os modelos matemáticos seriam instrumentos mais adequados para a investigação da realidade" (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 55).

Mais tarde, com a constituição da Geografia Crítica, amparada no materialismo histórico e dialético, a realidade passa a ser considerada uma extensão do sujeito e a pesquisa é vista como resultado da interação dialética entre sujeito e o objeto (SUERTEGARAY, 2002). Cumpre ressaltar que, como mencionado por Alentejano e Rocha-Leão (2006), nesse período, a ênfase conferida à teoria limitou a importância do trabalho de campo e dificultou o desenvolvimento de uma Geografia que articulasse as vertentes física e humana.

Ainda que haja diferentes perspectivas, o trabalho de campo se constitui como um momento no qual o pesquisador, munido dos conceitos e fundamentos teóricos, pode entrar em contato com a realidade e construir os conhecimentos sobre ela. Esse processo sempre exige a pesquisa, visto que a realidade não será compreendida apenas pela presença nos diferentes lugares, mas se as interações com os elementos encontrados forem orientadas com o fim de se extrair informações a partir delas, assim, em diálogo com os conceitos, é possível compreender aquilo que não está explícito na paisagem. Portanto, "os trabalhos de campo, desde que acompanhados de referências teóricas, podem constituir-se de indispensável instrumento da ampliação das perspectivas conceituais dos estudantes. Mas, estudar é, sempre, pesquisar" (HISSA; OLIVEIRA, 2004, p. 38).

Sendo assim, destacamos a importância do trabalho de campo para a Geografia Agrária como recurso fundamental para a compreensão do espaço geográfico. Ressaltando o viés econômico da Geografia Agrária, Valverde (2006) afirma que "a Geografia Agrária é, em última análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, quotidiana e silenciosa" (VALVERDE, 2006, p. 15). É certo que os vestígios produzidos na paisagem têm uma dimensão física e humana, uma interação dialética, que estruturam as paisagens agrárias. Assim, é importante reconhecer os elementos naturais que, em certos casos, determinam as atividades agrícolas ali desenvolvidas. O trabalho de campo tem grande potencial para contribuir nesse reconhecimento.

Além dos elementos de ordem física, cabe à Geografia Agrária compreender as respostas historicamente demarcadas que a sociedade dá à natureza quando converte as paisagens naturais em áreas de produção agropecuária e cria próteses no território (SANTOS, 2008). Por isso,

> No tocante à Geografia Agrária, a aula de campo serve para revelar as essências escamoteadas por aparências forjadas a partir de interesses das classes dominantes, com o propósito de manter o *status quo* e eliminar toda e qualquer percepção diferente e/ou conflitante em relação à função social da terra (DOURADO, 2013, p. 03).

Para tanto, como propõe Thomaz Jr. (1992), é fundamental o exercício da problematização para produzir relações teórico-conceituais. Destarte, **"**é no aclaramento do universo de questões a serem trabalhadas teoricamente, que começaremos, então, a manusear os conceitos que nos levarão de volta para a compreensão do movimento do *real*" (THOMAZ JR., 1992, p. 24-25, grifo do autor). Eis a possibilidade que se abre com o trabalho de campo.

No ensino superior, o trabalho de campo voltado para o ensino adquire importância particular, já que contribui diretamente para a formação profissional, neste caso, do futuro professor. Assim, deve-se manter o rigor metodológico no planejamento, na execução e na avaliação da atividade para que ela possibilite a produção de conhecimentos considerando-se o perfil do egresso desejado para o curso. Essas três etapas básicas, adequadas à particularidade de cada disciplina ou curso, são indispensáveis na execução do trabalho de campo no ensino superior (cf. ANGHINONI; MURARA; DEON, 2020; SILVA; SILVA; VAREJÃO, 2010; FERNANDES; LASTÓRIA, 2015; GONÇALVES, 2012; ANTONELLO; MOURA; TORRES, 2005).

O planejamento, ou a etapa pré-campo, envolve a apropriação dos conceitos e das teorias necessárias para o entendimento daquilo que será observado, visitado e/ou coletado – isso pode ocorrer por meio do estudo individual ou em grupo, leitura de textos, seminários, aulas expositivas, entre outros –, a definição dos locais a serem visitados e a elaboração de um roteiro para orientar o percurso destacando os pontos a serem observados – ou local de coleta de materiais, quando for o caso – considerando o objetivo da aula.

A execução do trabalho de campo se refere ao momento do deslocamento até os locais de interesse para o estudo – essa segunda etapa pode ser também chamada de aula de campo. Anghinoni, Murara e Deon (2020, p. 02) afirmam que este é o momento "no qual o aluno, acompanhando do professor irá percorrer diferentes ambientes e localidades, sejam elas focadas em aspectos naturais, urbanos, rural ou dependendo da temática e objetivo da atividade a ser desenvolvida". Dessa forma, os estudantes entram em contato com a realidade tendo o objetivo de compreendê-la e, por isso, a observação atenta dos fenômenos e o diálogo com os sujeitos é parte fundamental para a obtenção de informações. Esse momento também pode envolver a coleta de materiais para posterior análise.

A terceira etapa, o pós-campo, envolve um conjunto de atividades que visam a promover a reflexão e a produção do conhecimento tendo como base o estudo e a visita realizados nas etapas anteriores. Cabe ressaltar que a mediação do professor na produção dos conhecimentos também pode ocorrer durante a presença em campo, ou seja, no segundo momento, quando as condições permitem o diálogo sobre as observações em curso. Contudo, é no pós-campo que os estudantes possuem condições de melhor sistematizar as informações e sedimentar os conhecimentos. Essa etapa também pode envolver discussões em grupo, aulas dialogadas e/ou práticas de laboratório para o estudo das amostras coletadas. O resultado da atividade pode ser apresentado no formato de relatório, artigo ou em algum material didático – como apresentado por Antonello, Moura e Torres (2005), caso em que o trabalho de campo resultou na confecção de um jornal direcionado para o ensino fundamental e médio.

Tendo em conta o referencial apresentado e os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento do trabalho de campo, passamos à sistematização e análise da atividade foco deste artigo.

O trabalho de campo na análise do espaço agrário: materializando as relações entre o campesinato, o cooperativismo e a Agroecologia

O trabalho de campo aqui analisado foi realizado em junho de 2019, como parte das atividades de ensino do componente curricular de Geografia II, do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul. A ementa do componente apresenta os seguintes temas no tocante aos temas de Geografia Agrária:

> As transformações do espaço rural brasileiro e a atuação dos Movimentos Sociais pela Reforma Agrária. O Paradigma da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. A inter-relação campo-cidade. Perspectivas teórico-metodológicas da Geografia para leitura e interpretação do espaço rural e urbano (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2013, p. 123).

Tendo como referência essa ementa, durante as aulas teóricas foram abordados temas e textos que pudessem dar conta de possibilitar uma reflexão crítica sobre o campo brasileiro, considerando como eixo dos estudos o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário, conforme proposto por Fernandes (2008). As leituras, debates e seminários possibilitaram analisar diferentes interpretações sobre o campesinato no capitalismo, buscando compreender sua lógica interna (CHAYANOV, 1974; TCHAYANOV, 1976; OLIVEIRA, 1991; PLOEG, 2006) e as relações que mantém com a sociedade em geral (KAUTSKY, 1980; LÊNIN, 1982; LAMARCHE, 1993; ABRAMOVAY, 2007). Com base nesses debates, foi possível identificar as estratégias utilizadas pelo campesinato para permanecer no campo – a exemplo da organização em movimentos socioterritoriais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) –, a organização cooperativa, e o desenvolvimento de sistemas de produção com base na Agroecologia.

Assim, coadunamos com Alentejano e Rocha-Leão (2006) quando afirmam que "fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos" (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 57). As leituras e análises teóricas possibilitaram, assim, uma reflexão sobre a diversidade do campesinato contemporâneo, ensejando a necessidade de vislumbrar esse comportamento na realidade concreta.

Para isso, o trabalho de campo se mostrou um instrumento didático-pedagógico (RODRIGUES; OTAVIANO, 2001) capaz de contribuir com o ensino dos conteúdos. Foi

organizado em dois dias, tendo como principais lugares visitados o Assentamento Santa Maria, para conhecer a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (Copavi), no município de Paranacity, e a Cocamar Cooperativa Agroindustrial (Cocamar), no município de Maringá.

Ao elegermos esses locais para o trabalho de campo, consideramos que possibilitam produzir reflexões mais amplas sobre o espaço agrário brasileiro, dado que representam processos que não se encerram nas escalas locais, pois integram dinâmicas protagonizadas por movimentos socioterritoriais e por agentes do capital agrário exportador, presentes em todo o território nacional. Nessa perspectiva, espera-se que as atividades em campo permitam acionar diferentes escalas de análise, possibilitando a identificação de outros processos em distintas escalas espaço-temporais que, ao se articularem, produzem a realidade geográfica (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006). Assim, particularmente para a Geografia Agrária, o trabalho de campo se constitui como importante momento para a "[...] pesquisa/investigação, em função de instigar reflexões mais amplas sobre a realidade do campo brasileiro e cujas prováveis respostas colocam-se como pontos de conflito entre o real e o discurso hegemônico sobre as questões agrário-agrícolas do Brasil" (DOURADO, 2013, p. 17).

No que se refere à Copavi, nota-se que é uma experiência de cooperativismo coletivo levado a cabo pelo MST. Influenciado pelas experiências cubanas de cooperativas, o modelo adotado tem como base a coletivização da terra e dos demais meios de produção. Essa cooperativa foi fundada em 1993, logo após a conquista da área do que viria a ser o Assentamento Santa Maria (ZENERATTI, 2013).

Com uma área de 252 hectares, o assentamento foi resultado da ocupação da fazenda Santa Maria, desapropriada em 1988 por não cumprir a função social da terra – nesse caso, por improdutividade. Mesmo depois de desapropriada a terra, o fazendeiro, que detinha a posse da área até então, continuou auferindo renda fundiária por meio do arredamento ilegal. O MST, ao tomar conhecimento dessa situação, ocupou a fazenda no dia 19 de janeiro de 1993. Sem conflitos, 25 famílias participaram da ocupação, cujo resultado foi a conquista da terra e o assentamento de 16 famílias em julho do mesmo ano, momento no qual também se organizou a cooperativa (ZENERATTI, 2013). O trabalho de campo na Copavi, portanto, possibilitou compreender essas determinações históricas presentes na configuração do território, fruto da luta de classes travada no seu processo de constituição.

O trabalho de campo na Copavi teve início com um almoço na sede da cooperativa. O almoço foi preparado pelas famílias assentadas, que assumem todas as

funções produtivas e organizativas no Assentamento Santa Maria. Almoçar no mesmo espaço em que os assentados almoçam e comer a comida preparada por eles possibilita, desde o início, conhecer o seu cotidiano enquanto parte essencial à manutenção da organização cooperativa. Já nesse momento, as bases do cooperativismo ficaram evidentes, visto que, na Copavi, a ajuda mútua e as decisões coletivas são prerrogativas inalienáveis. As tarefas produtivas, de logística e de visitação, inclusive o almoço, são desenvolvidas coletivamente pelos assentados, assim como o caminho que a cooperativa vai seguir, ou seja, o seu planejamento, é discutido nas assembleias.

Após o almoço, pudemos conversar com duas representantes da Copavi que estavam com a tarefa de nos receber e apresentar o sistema cooperativo camponês. Durante a conversa inicial (Figura 01), foi possível conhecer o histórico de formação do assentamento e a centralidade que a cooperação e o cooperativismo adquiriram para as famílias que ali vivem.



Figura 01: Momento da conversa na sede da Copavi, Assentamento Santa Maria, Paranacity/PR.
Fonte: Acervo pessoal, 2019.

A cooperativa, neste caso, é a principal estratégia para driblar a ação do capital comercial e industrial, pois ao produzirem e industrializarem a produção internamente, os assentados conseguem inserir o produto diretamente no mercado. Essa ação é de grande relevância, uma vez que os agentes do capital são vorazes por extrair a renda camponesa da terra, por meio da monopolização do território, como afirma Oliveira (2010).

Vale destacar que os principais produtos da Copavi fazem parte da cadeia produtiva da cana-de-açúcar (cachaça, melado e açúcar mascavo) e do leite (leite

pasteurizado, iogurte e queijos), setores fortemente monopolizados, nos quais o capital atua rebaixando os preços dos produtos camponeses visando à extração de fatias cada vez maiores de renda (ZENERATTI, 2013). Portanto, como bem afirmam Fabrini e Marcos (2010): "as cooperativas coletivas seriam uma alternativa capaz de gerar renda para os assentados, esquivando-se da exploração e subordinação no contexto da produção de mercadorias" (FABRINI; MARCOS, 2010, p. 108).

Em seguida, foram visitados diferentes pontos do assentamento. O caminhar em meio às casas, áreas de produção agrícola (Figura 02), estruturas das agroindústrias (Figura 03), instalações para criação/manejo de animais e áreas de pastagem produziu reflexões e oportunizou o diálogo entre os participantes da atividade. Assim, foi possível entrar em contato com os elementos que representam as estratégias desenvolvidas pelo campesinato para permanecer na terra.



Figura 02: Visita nas áreas de produção do Assentamento Santa Maria, Paranacity/PR.
Fonte: Acervo pessoal, 2019.



Figura 03: Visita nas instalações da usina de processamento da cana-de-açúcar, Assentamento Santa Maria, Paranacity/PR.
Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Nesse sentido, podemos associar a atividade ao que afirma Marafon (2011): **"**uma das funções mais importantes dos trabalhos de campos [sic] é transformar as palavras, os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos" (MARAFON, 2011, p. 09).

A visita permitiu também verificar, *in loco*, a permanência do campesinato e a sua recriação (OLIVEIRA, 1991; FERNANDES, 2008) por meio da Agroecologia e do cooperativismo. Nesse aspecto, o trabalho de campo possibilitou testar as teorias (CAVALCANTI, 2011) e constatar, empiricamente, os elementos das discussões teóricas a respeito do tema.

O trabalho de campo na Copavi foi encerrado no final da tarde, após um lanche servido com alimentos produzidos nas agroindústrias do assentamento (pão, iogurte, bolachas, entre outros). Esse último momento também serviu para dar sequência ao diálogo sobre a realidade conhecida.

No dia seguinte, a atividade teve sequência na visita ao parque industrial da Cocamar, em Maringá. A Cocamar foi fundada em 1963, com a finalidade de evitar os intermediários que atuavam na captação da produção de café, principal produto da região norte do estado naquele período. Originalmente, foi chamada de Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá, nomenclatura que mudou recentemente, passando a ser Cocamar Cooperativa Agroindustrial. Essa mudança de nome, longe de ser mero modismo, reflete o caminho adotado pela cooperativa no início dos anos 1980. Naquele momento, inserida no processo de modernização da base produtiva do estado, passa a operar diretamente na industrialização da produção dos seus associados, principalmente a soja, que já apontava como cultura a substituir o café na região (TEIXEIRA, 2002).

Na Cocamar, o trabalho de campo adquire a nomenclatura de "visita institucional". Inicialmente, a recepção ao grupo, feita por um funcionário da cooperativa, ocorreu no auditório (Figura 04), onde foi projetada uma apresentação com informações históricas e sobre as características produtivas e organizacionais da Cocamar.



Figura 04: Apresentação na sede da Cocamar Cooperativa Agroindustrial, Maringá/PR.
Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Ficou evidente que, se por um lado a Cocamar mantém latente o princípio cooperativista de educação e informação – afinal a acolhida e a apresentação demonstram isso –, por outro, emerge o sentido empresarialista[1] do cooperativismo adotado, no qual a gestão se aproxima daquelas empreendidas pelas empresas capitalistas do setor agroindustrial.

No segundo momento foi possível conhecer o Acervo Histórico da Cocamar (Figura 05). O acervo possui informações sistematizadas e objetos dispostos de acordo com o tempo cronológico de existência da cooperativa. O arquivo "vem sendo estruturado há mais de duas décadas e reúne, em síntese, máquinas e objetos há muito tempo em desuso, doações de famílias de produtores cooperados, documentos, publicações e registros fotográficos" (COCAMAR, 2019).

[1] O termo cooperativa empresarialista remete à posição ambígua ocupada pelas cooperativas que, inseridas no processo de modernização da base técnica da agricultura, assumiram uma gestão empresarial própria de uma empresa capitalista. Entretanto, seus quadros associativos permaneceram majoritariamente compostos por camponeses, o que não permite dizer com segurança que sejam organizações capitalistas. Ademais, como destaca Zeneratti (2018), os princípios cooperativos ainda estão presentes nessas cooperativas, sendo alguns dos elementos que as diferenciam das empresas de capital privado.



Figura 05: Visita ao acervo da Cocamar Cooperativa Agroindustrial, Maringá/PR.
Fonte: Acervo pessoal, 2019.

O terceiro e último momento foi marcado pela visita à Indústria de Bebidas e Molhos. Foi possível realizar um trajeto pela indústria, inaugurada em 2003 (COCAMAR, 2019), e visualizar o funcionamento das máquinas e o trabalho dos funcionários na fabricação e envase de diferentes produtos, como os néctares de frutas e o óleo de soja[2].

Apesar de o trabalho de campo não ter permitido o contato direto com os agricultores associados à Cocamar, foi possível, durante o momento da apresentação, conhecer os seus perfis. A cooperativa conta, atualmente, com cerca de 15 mil associados, dos quais 75% são considerados cooperados de pequeno porte.

A visita ao acervo e ao parque industrial permitiu visualizar o ritmo acelerado da produção e o capital empregado para estruturar o funcionamento da cooperativa. Nesse viés, o "trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos" (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 57).

Por meio do trabalho de campo, buscamos, como propõe Thomaz Jr. (1992), identificar o movimento que insere o objeto de pesquisa – nesse caso, os camponeses e as cooperativas – no entrecruzamento com o modo de produção e, assim, *desfetichizar* o espaço, ou seja, ter "a possibilidade concreta de 'reler' o Brasil, tirá-lo da contramão da história" (THOMAZ JR., 1992, p. 25). Isso só é possível "[...] ao elegermos como questão *sine qua non* trabalhar com os verdadeiros atores que constroem a sociedade (classes

[2] Além desses dois principais períodos de atividades – visita na Copavi e na Cocamar – também houve momentos de síntese conduzidos pelos professores que organizaram o trabalho de campo, com o fim de articular as observações do campo com as questões teóricas.

sociais) a partir do movimento contraditório que lhes é inerente" (THOMAZ JR., 1992, p. 25).

Algumas considerações sobre o trabalho de campo

A importância metodológica do trabalho de campo para o ensino de Geografia Agrária pode ser avaliada em duas dimensões: 1) no entendimento dos conteúdos (nesse caso: campesinato, cooperativismo e Agroecologia) dos quais os participantes puderam se apropriar durante a atividade; 2) na percepção de que o trabalho, ao articular teoria e prática, é uma ferramenta metodológica importante para o entendimento da realidade agrária brasileira. No que concerne ao segundo item, com base nas considerações dos acadêmicos do curso Interdisciplinar em Educação do Campo, participantes do trabalho de campo, analisamos a efetividade dessa ferramenta metodológica para o entendimento dos temas em questão.

A ênfase do trabalho de campo recaiu sobre o tema do cooperativismo, visto que as duas áreas visitadas têm, nele, o seu elemento de sustentação. Os estudantes da disciplina Geografia II conseguiram visualizar essa realidade. Conforme aponta o relato do Acadêmico A[3], "com o trabalho de campo foi possível entender melhor a efetivação da proposta do cooperativismo. Tivemos a oportunidade de conhecer dois processos de cooperação que se dão de formas diferentes, porém com aspectos semelhantes."

Evidentemente, as semelhanças às quais o acadêmico se refere são oriundas da organização cooperativista, com base na ajuda mútua para conquista de objetivos comuns. Internacionalmente, isso é traduzido em sete princípios que orientam o cooperativismo e estavam presentes, em maior ou menor grau, nas duas cooperativas visitadas: 1) adesão livre e voluntária; 2) controle, organização e gestão democrática; 3) participação econômica; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação; 7) interesse pela comunidade (RECH, 2000). No Brasil, todas as cooperativas são reguladas e orientadas pela mesma legislação, o que lhes confere semelhanças, contudo, sem suprimir as diferenças, principalmente do ponto de vista da escala de atuação e da participação dos associados nos processos decisórios.

Essas diferenças entre os tipos de cooperativismo ficaram claras com as visitas aos diferentes espaços das cooperativas. Segundo o Acadêmico H,

[3] Os nomes dos(as) acadêmicos(as) foram substituídos por letras, aleatoriamente, como forma de organização dos dados e preservação da identidade de cada um(a).

> pudemos ver duas cooperativas que teoricamente seriam semelhantes, mas na realidade podemos ver um distanciamento grande entre elas, não apenas em tamanho, mas em importância para os cooperados, pela forma de trabalhar, participação dos cooperados, visão de lucro etc.

Outros acadêmicos também marcam essa diferença. O Acadêmico D afirma que "analisando no interior das duas cooperativas, os meios de produção e a mão de obra são totalmente diferentes", enquanto a Acadêmica C acredita que "podemos diferenciar o modelo de organização das cooperativas, sendo que na Copavi o camponês tem protagonismo, tanto nas decisões como no uso da terra de maneira coletiva, e na Cocamar o camponês não tem protagonismo". Nesse sentido, o caráter empresarialista (ZENERATTI, 2018) da Cocamar também é ressaltado pelo Acadêmico B: "com relação à Cooperativa Cocamar, a sua forma empresarial fica clara: a representação de dinâmica de mercado a caracteriza como uma produção de cooperativa empresarial".

No caso da Copavi, evidencia-se a centralidade do campesinato para o seu funcionamento em um processo dialético, ou seja, ao mesmo tempo em que a racionalidade camponesa sustenta a cooperativa, essa, por sua vez, possibilita a permanência dos camponeses na terra. Assim, segundo a Acadêmica C, "ainda existem lugares como a Copavi, que buscam preservar a agricultura camponesa em um modelo coletivo de organização, provando que essa maneira de se organizar proporciona resultados positivos". Além disso, para o Acadêmico B, "a representação dessa atividade [o cooperativismo] no fortalecimento de pequenas propriedades de produção, sendo de caráter de produção familiar, apresenta uma saída para a grande exploração do Capitalismo Agrário".

O trecho a seguir, parte do relatório do Acadêmico F, apresenta uma síntese dos elementos teóricos sobre o tema que puderam ser visualizados e compreendidos durante o trabalho de campo:

> podemos dizer que a Copavi é uma forma de resistência e fortalecimento do campesinato, tendo em vista que ela busca propiciar o protagonismo do camponês, preservando o seu modo de vida, reforçando o trabalho familiar e em comunidade, tendo uma relação com a terra, não com o objetivo de gerar lucro, e sim de garantir a sua sobrevivência. Foi possível observar, na Copavi, a importância do trabalho em cooperação, de forma organizada para que aquelas pessoas consigam se manter naquele local e, assim, se tornar uma forma de fortalecimento do campesinato, também mostrando que é possível produzir de forma agroecológica.

Cabe destacar a centralidade da Agroecologia para a cooperativa. Ela materializa os elementos apresentados por Finatto (2016) nas Redes de Agroecologia, sobretudo a participação dos agricultores em todas as etapas do processo – do plantio até a comercialização dos produtos. Assim, os camponeses não são apenas fornecedores de matéria-prima para o mercado, mas, sim, detêm o controle do processo produtivo. Esse elemento também aparece nos relatos dos acadêmicos. Para o Acadêmico H, "foi possível observar vários pontos como campesinato, Agroecologia, cooperação e relação campo-cidade. Isso porque a organização estrutural, econômica e de trabalho estão todas interligadas". A Acadêmica G destaca que "podemos vivenciar que é possível se auto-organizar de maneira coletiva, pautados no trabalho coletivo, na gestão coletiva, mostrar que é possível se pensar e aplicar a agroecologia".

Pelo exposto, percebe-se que os acadêmicos puderam observar e produzir reflexões sobre processos presentes no espaço agrário contemporâneo. Certamente, o tempo reduzido do trabalho de campo não permitiu apreender todas as determinações presentes no objeto, afinal, como destacam Fabrini e Marcos (2010), as cooperativas camponesas apresentam diversos limites que precisam ser superados, tais como: formação de grupos hegemônicos, decisões aceitas – mas não internalizadas –, má gestão e problemas de relacionamento. No caso da Copavi, Zeneratti (2013) identificou questões semelhantes, prevalecendo a negação dos camponeses em reconhecer a estrutura empresarial da cooperativa, a dificuldade em se adequar à jornada de trabalho regulada pelo relógio, e as restrições quanto à repartição dos dividendos mediante participação equivalente na produção. Isso, longe de demonstrar algum tipo de fragilidade do trabalho de campo, indica a necessidade de pesquisa continuada – e o trabalho desenvolvido pode ser considerado o primeiro passo.

Sendo assim, o desafio colocado é avançar na compreensão da diversidade paisagística encontrada no trabalho de campo, tendo em conta o desenvolvimento contraditório do capitalismo, "de forma a não ficar nela, mas, ao contrário, a partir dela, ir além do imediato, do aparente, do empírico. Para tanto, é necessário entendê-la como sendo manifestação exterior (fotografia) de um conteúdo (sociedade) que a (re)define, (re)elabora" (THOMAZ JR., 1992, p.23).

Cumpre também destacar as impressões que o trabalho de campo produziu nos(as) acadêmicos(as) enquanto ferramenta metodológica para o ensino, especialmente por se tratar de um curso de licenciatura. Assim, conforme já exposto, ao mesmo tempo em que a atividade possibilita a compreensão de temas específicos, também revela

possibilidades metodológicas aos professores em formação. Cavalcanti (2011) comenta a relação entre o trabalho de campo e a formação de professores nos seguintes termos:

> O trabalho de campo é concebido como um importante instrumento na formação de professores/pesquisadores, pois se constitui em um meio para desenvolver uma percepção apreciativa sobre o território, num contexto menos formal que o da sala de aula, e para construir alternativas de trabalho que sejam relevantes para a prática pedagógica em Geografia. (CAVALCANTI, 2011, p. 174).

Nesse sentido, todos os participantes reconheceram a efetividade do trabalho de campo para o entendimento dos temas abordados teoricamente. Para os acadêmicos: 1) "a relação desenvolvida em campo consegue com que materializar os conceitos abordados em sala de aula facilite a visualização das contradições existentes. Nesse momento é que o conhecimento de fato é sistematizado e sintetizado" (Acadêmico B); 2) "O trabalho de campo teve uma imensa contribuição para o processo de ensino-aprendizagem, pois foi importante para percebermos elementos presentes na realidade que, às vezes, é difícil (sic) de compreender apenas na teoria" (Acadêmica C); 3) "O trabalho de campo auxilia muito para compreender a realidade e fazer ligação com o que vemos em sala de aula e o que se tem na realidade do cooperativismo" (Acadêmico D).

O Acadêmico F apresenta a relação direta daquilo visualizado no trabalho de campo com os conteúdos do componente curricular: "foi possível relacionar os conteúdos estudados em sala de aula com o que foi visto no campo, pois nas visitas às cooperativas foi possível observar questões relacionadas aos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário".

Ademais, o professor espera, sempre, que o conhecimento produzido também respalde a prática social dos estudantes. Nessa perspectiva, além do entendimento da realidade, o trabalho de campo possibilita produzir reflexões e esboçar estratégias de intervenção social pautadas naquilo que foi estudado, conhecido e avaliado na prática. Portanto, "contornar os riscos da banalização do trabalho de campo pressupõe, sobretudo, avançar em duas direções: a articulação teoria-prática; o olhar crítico sobre a realidade associado à ação transformadora" (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 65).

Para o caso em análise, também é importante destacar que os participantes do trabalho de campo residem em áreas rurais e estão vinculados a processos de produção agrícola e/ou de luta pela terra em acampamentos e assentamentos da reforma agrária. Esses perfis são coerentes com o caráter do curso, ou seja, uma licenciatura em Educação

do Campo que busca inserir na universidade os sujeitos do campo historicamente excluídos dos processos formais de ensino. Afinal, como destaca Caldart (2012) a Educação do Campo se constitui como "luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação *do* Campo não é *para* nem apenas *com*, mas sim, *dos* camponeses [...]" (CALDART, 2012, p. 263).

Assim, a atividade realizada possibilita reflexões que podem ser direcionadas para qualificar processos de intervenção social. De acordo com o Acadêmico F, "com tudo isso podemos observar o quanto o trabalho de campo é importante para conhecermos melhor a realidade [...], fazendo que tenhamos uma visão mais clara desses processos e um maior contato com essas diferentes experiências". Ainda, para a Acadêmica G, "o trabalho de campo possibilitou observar na prática o que foi estudado em sala de aula; é necessário se pensar para além da sala de aula se o seu objetivo seja a transformação material da sociedade". Outro estudante, o Acadêmico H, afirma que "conhecemos novas realidades, pessoas, modo de vida, entre outras experiências, que são necessárias para nossa formação profissional e social. [...] como agentes sociais que podemos ser, necessitamos conhecer diferentes realidades para melhorar a nossa".

Em última análise, a Geografia, por meio do trabalho de campo, pode apresentar aos acadêmicos do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas a pertinência de se buscar metodologias capazes de aproximar os conteúdos discutidos em sala de aula e a realidade dos sujeitos e dos processos reais. Trata-se do encontro entre o abstrato e o concreto, ou seja, o trabalho de campo foi uma possibilidade de colocar os conceitos em movimento.

Considerações finais

O diálogo com os sujeitos e a visita aos locais de produção, aliados ao conhecimento prévio sobre a realidade agrária do país e as discussões teóricas sobre os temas do campesinato, do cooperativismo e da Agroecologia, possibilitaram aprofundar a compreensão dos(as) participantes sobre os processos envolvidos na produção do espaço agrário contemporâneo, como demonstrado nos relatos do trabalho de campo.

Como consideração metodológica, destaca-se a importância do trabalho de campo para ampliar o envolvimento dos(as) acadêmicos(as) com a realidade estudada, possibilitando compreender as contradições e as articulações projetadas pelas classes

sociais e suas organizações com o modo capitalista de produção. Isso, considerando-se o desenvolvimento da atividade em um curso de formação inicial de professores, reveste-se de importância particular, pois vai refletir na prática dos futuros profissionais, qualificando a educação básica.

Por fim, mesmo que o espaço rural brasileiro se apresente, atualmente, como complexo e híbrido (MARAFON, 2011), é necessária clareza teórica para compreender as contradições e identificar os agentes produtores dessa realidade. O trabalho de campo, enquanto exercício da práxis teórica (THOMAZ JR., 1992), possibilita desvelar a aparência das paisagens agrárias e adentrar no emaranhado das relações sociais que produzem o espaço geográfico contemporâneo.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALENTEJANO, P. R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 84, p. 51-67, 2006.

ANGHINONI, L. R. T.; MURARA, P.; DEON, A. R. A práxis no trabalho de campo: uma experiência em biogeografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 24, e. 13, p. 01-21, 2020.

ANTONELLO, I. T.; MOURA, J. D. P.; TORRES, E. C. Uma proposta para a formação de professores de Geografia: trabalho de campo integrado. **GEOGRAFIA,** Rio Claro, v. 30, n. 03, p. 471-490, set./dez., 2005.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAVALCANTI, A. P. B. Abordagem metodológica do trabalho de campo como prática pedagógica em Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 15, n. 2, p. 165-176, maio/ago. 2011.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COCAMAR. Cocamar Cooperativa Agroindustrial. Disponível em: https://www.cocamar.com.br/. Acesso em: 02 ago. 2019.

DOURADO, J. A. L. Geografia "fora" da sala de aula: importância do trabalho de campo para a Geografia Agrária. **CAMPO-TERRITÓRIO:** revista de geografia agrária, v. 8, n. 15, p. 1-22, fev., 2013.

FABRINI, J. E; MARCOS, V. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, A. M. *et al*. (Orgs.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 173-224, 2008.

FERNANDES, S. A. S.; LASTÓRIA, A. C. Técnicas de investigação e prática em cursos de formação de professores: redescobrindo o trabalho de campo para aprender e ensinar o lugar. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 16, n. 53, p. 27-36, 2015.

FINATTO, R. A. Redes de agroecologia e produção orgânica na região Sul do Brasil. **RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 38, p. 107-145, 2016.

GATTI, B. A. Formação do professor pesquisador para o ensino superior: desafios. **Psicologia da Educação**. São Paulo, n. 16, p. 73-82, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, T. E. Experiências e vivências no trabalho de campo como ferramenta de ensino-aprendizagem em geografia regional. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 06, n. 11, p.153-160, jan./abr., 2012.

HISSA, C. E. V.; OLIVEIRA, J. R. O trabalho de campo: reflexões sobre a tradição geográfica. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia/Goiás – Brasil, v. 24, n. 1-2, p.31-41. Jan./dez. 2004.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Uma realidade multiforme. V.1. Campinas: Unicamp, 1993.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia –** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARAFON, G. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em Geografia Agrária. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n.º 47E, p. 01-13. 2011.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO:** revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, p. 5-64, ago. 2010.

PLOEG, J. D. V. D. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, p. 13-56. 2006.

RECH, D. **Cooperativas:** uma alternativa de organização popular. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RODRIGUES, A. B.; OTAVIANO, C. A. Guia Metodológico de Trabalho de Campo em Geografia. **Geografia**, Londrina/PR, v. 10, n. 1, p. 35-43, jan./jun. 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço –** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, J. S. R.; SILVA, M. B.; VAREJÃO, J. L. Os (des)caminhos da educação: a importância do trabalho de campo na geografia. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes, v. 12, n. 03, p. 187-197, set./dez., 2010.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de Campo em Geografia. **GEOgraphia**, Niterói, n. 7, v. 4, p. 64-68, 2002.

TCHAYANOV, A.V. Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas (1924). **Análise social**, ano 12, n. 46, p. 477-502, 1976.

TEIXEIRA, W. A. **O processo de desenvolvimento do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião Norte Central Paranaense**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2002.

THOMAZ JR., A. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. **Geografia Passo-a-Passo** – Ensaios Críticos dos anos 1990. Presidente Prudente/SP, 1992. p. 20-26.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Interdisciplinar em Educação do Campo**: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura. Laranjeiras do Sul, Paraná. 2013.

VALVERDE, O. Metodologia da Geografia Agrária. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006.

ZANARDO, F. Práticas pedagógicas libertárias e a proposta de trabalho de campo na geografia de Élisée Reclus. **Revista Brasileira de Educação Geográfica**, Campinas, v. 3, n. 5, p. 39-56, jan./jun., 2013.

ZENERATTI, F. L. **Cooperativismo e recriação camponesa**: contribuições e limites dos modelos de cooperativismo empresarialista e camponês na mesorregião Norte Central paranaense. 2018. 268f. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

_____. O processo de recriação contraditória do campesinato: o caso do assentamento coletivo COPAVI de Paranacity/PR. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 15, p. 1-24, fev., 2013.

Recebido em 16 de setembro de 2020.

Aceito para publicação em 26 de maio de 2020.